



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

**Ata da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do
Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios -
CG-FNRB**

Brasília/DF, 11 de março de 2026.

24 **Aos 11 dias do mês de março do ano de 2026**, às 09:00 horas, no Ministério do
25 Meio Ambiente e Mudança do Clima, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”,
26 realizou-se a 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional de
27 Repartição de Benefícios (CG-FNRB), sob a presidência da Sra. Ana Luiza Arraes de
28 Alencar Assis, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e
29 com o comparecimento dos seguintes **membros: Ministério do Meio Ambiente e**
30 **Mudança do Clima (MMA)** Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (2º
31 Suplente); **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e**
32 **Combate à Fome – Naiara Andreoli Bittencourt (Titular); Ministério da Ciência**
33 **Tecnologia e Inovação (MCTI) – Bruno Cesar Prosdocimi Nunes (1º**
34 **Suplente); Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) – Amanda**
35 **Bartolomeu Santos (1ª Suplente); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico**
36 **Nacional (IPHAN) Natália Guerra Brayner (Titular); Conselho Nacional dos Povos**
37 **e Comunidades Tradicionais (CNPCT) - Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata**
38 **Konmannanjy) (Titular); Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural**
39 **Sustentável (CONDRAF) – Lidenilson Sousa da Silva (Titular) e Elizete Maria da**
40 **Silva (Titular); Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) – Cristiane Gomes**
41 **Julião (Julião Pankararu) (Titular); Conselho Nacional de Segurança Alimentar e**
42 **Nutricional (CONSEA) - Antônio Adevaldo Dias da Costa (1º Suplente); Sociedade**
43 **Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) - Mercedes Maria da Cunha**
44 **Bustamante (Titular) e Secretaria Executiva (DPG/MMA) – Ana Carolina Mendes**
45 **dos Santos (DPG/MMA); Antonieta Carvalho Regis de Alencastro**
46 **(DPG/MMA); Fernando Araujo dos Santos (DPG/MMA); Gabriel de Paula Ribeiro**
47 **(DPG/MMA), Mariana Lima Henriques dos Santos**
48 **(DPG/MMA); Ouvintes: Bernardo Mudjalieb (Emboé); Carolyne Caetano (GSS);**
49 **Daniel Fidelis (Banco do Brasil); Jéssica Galdino (Emboé); Jonathan Silva (Marinelo**
50 **Advogados); Rodrigo Cunha (Banco do Brasil); Tiago Almeida Marques (RDK). I -**
51 **Abertura da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a**
52 **Repartição de Benefícios – CG-FNRB.** A Presidência do Comitê, após verificação
53 de quórum de instalação de reunião e constatando o seu atingimento, iniciou os
54 trabalhos realizando a Abertura da 20ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo
55 Nacional para a Repartição de Benefícios (CG-FNRB) desejando boas-vindas aos
56 presentes e procedendo com o tópico 1. **Apresentação de Membros, titulares e**
57 **suplentes, de acordo com o art. 97 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016,**
58 dos seguintes órgãos: **Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA:** titular: Valéria
59 Burmeister Martins; primeira suplente: Marcus Vinicius Segurado Coelho; e segundo
60 suplente: Fabrício Santana Santos. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência**
61 **Social, Família e Combate à Fome – MDS:** titular: Naiara Andreoli Bittencourt;
62 primeiro suplente: Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata; e
63 segundo suplente: Myriam Cyntia Cesar de Oliveira. **Conselho Nacional de**
64 **Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF:** titular: Lidenilson Sousa da
65 Silva; primeiro suplente: Oscar Alan Gomes dos Santos; segundo suplente:
66 Vago. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável -**
67 **CONDRAF:** titular: Elizete Maria da Silva; primeiro suplente: Maria da Aparecida
68 Geffer; segundo suplente: Vago. **Sociedade Brasileira para o Progresso da**
69 **Ciência - SBPC:** titular: Mercedes Maria da Cunha Bustamante; primeira suplente:
70 Laila Salmen Espindola; e segundo suplente: Ricardo Bomfim Machado. **II -**
71 **Instalação dos Trabalhos** na sequência passando o tópico **2. Leitura e Aprovação**
72 **da Pauta da 20ª Reunião Ordinária.** Após leitura do documento, foi aberta a palavra
73 para manifestações. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF) sugeriu que o item
74 referente à segunda edição do Prêmio Guardiãs da Sociobiodiversidade pudesse

75 contemplar também encaminhamentos relativos à organização dos trabalhos. A Sra.
76 Ana Luiza Assis (MMA), na qualidade de presidente da reunião, acolheu a sugestão,
77 informando que tais encaminhamentos poderiam ser tratados no referido ponto de
78 pauta. Não havendo outras solicitações de alteração, a pauta foi colocada em
79 votação. Votaram favoravelmente à aprovação da pauta: Ana Luiza Assis (MMA);
80 Naiara Bittencourt (MDS); Amanda Santos (FUNAI); Natália Brayner (IPHAN);
81 Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa (CONDRAF); Elizete Maria (CONDRAF);
82 Julião Pankararu (CNPI) e Mercedes Bustamante (SBPC). A pauta foi aprovada com
83 9 (nove) votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. **III - Ordem**
84 **do Dia.** Passou-se então para o item **9. (antecipado). Informe sobre a criação das**
85 **contas do FNRB no Banco do Brasil.** A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) contextualizou
86 a transição da gestão financeira do Fundo, anteriormente realizada pelo BNDES, para
87 o Banco do Brasil. Em seguida, o Sr. Daniel Fidelis (Banco do Brasil) apresentou o
88 panorama da gestão financeira do Fundo, informando o saldo aproximado de R\$ 12,5
89 milhões, com incremento de cerca de 7% no período de maio de 2025 até o momento.
90 Informou ainda que os recursos estão organizados em quatro contas, conforme
91 origem e destinação, com aplicação atrelada à taxa SELIC, e que estão sendo
92 implementadas soluções para automatização da arrecadação e ampliação da
93 transparência, incluindo acesso direto às informações pelos membros. Na sequência,
94 a Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) manifestou preocupação
95 quanto à natureza das aplicações financeiras, ressaltando a necessidade de
96 alinhamento com os objetivos de conservação da biodiversidade, e sugeriu maior
97 transparência nas informações prestadas pela instituição financeira. O Sr. Daniel
98 Fidelis (Banco do Brasil) esclareceu que há previsão de migração para títulos
99 públicos, garantindo aderência às diretrizes do Fundo. A Sra. Ana Luiza Assis (MMA)
100 destacou que o rendimento mínimo atrelado à SELIC está previsto na legislação e
101 apoiou a sugestão de maior transparência. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva
102 (CONDRAF) ressaltou a importância de estratégias para ampliação da arrecadação
103 do Fundo, ao que o Sr. Daniel (Banco do Brasil) informou que estão em
104 desenvolvimento ações de captação e facilitação dos mecanismos de arrecadação,
105 comprometendo-se a trazer atualizações futuras. Não havendo outras manifestações,
106 passou-se ao próximo item da pauta. **4. Apresentação das Ações Estratégicas do**
107 **Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios pela Emboé. Proponente:**
108 **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** A Sra. Jéssica Galdino
109 (EMBOÉ) apresentou a proposta de planejamento estratégico do FNRB para o
110 período de 2025 a 2028, elaborada a partir de diagnóstico previamente realizado junto
111 aos membros do Comitê. Destacou a definição da identidade organizacional do
112 Fundo, incluindo missão voltada à valorização do patrimônio genético, dos
113 conhecimentos tradicionais e da biodiversidade, com promoção do uso sustentável e
114 contribuição para a justiça climática, bem como a consolidação de valores como
115 transparência, participação social e justiça socioambiental. Apresentou ainda o mapa
116 estratégico estruturado em três dimensões — aprendizado, processos e resultados
117 — com objetivos como aprimoramento da governança, desenvolvimento de soluções
118 tecnológicas, aperfeiçoamento da comunicação, operacionalização de recursos,
119 mobilização de recursos e monitoramento de impactos. Informou que as ações foram
120 organizadas por semestre de 2025 até 2028, incluindo, entre outras, a implementação
121 de sistema de gestão eletrônica de projetos, lançamento de editais e instrumentos de
122 apoio, criação do Atlas de Oportunidades para captação de recursos, realização de
123 campanhas educativas para repartição de benefícios, estruturação de mecanismos
124 de captação e articulação para que o FNRB possa vir a atuar como operador do Fundo
125 Cali no Brasil. Destacou, por fim, a definição de metas quantitativas e qualitativas,
126 incluindo a operacionalização de instrumentos de apoio, mobilização de recursos

127 externos e realização de avaliação de impacto do Fundo. Aberta a palavra, a Sra.
128 Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) sugeriu ajustes conceituais na missão
129 e nos valores, com inclusão explícita da dimensão da justiça social, além de destacar
130 a necessidade de maior robustez institucional do Fundo diante de possíveis
131 mudanças no contexto político, com atenção aos instrumentos normativos e à
132 segurança jurídica. O Sr. Konmannanjy (CNPCT) ressaltou a importância de
133 incorporar referências aos conhecimentos ancestrais e aos territórios tradicionais na
134 formulação da missão, além de levantar preocupações quanto à adoção de critérios
135 por bioma. A Sra. Julião Pankararu (CNPI) destacou a necessidade de maior precisão
136 conceitual em termos como “sustentabilidade”, bem como a importância de incorporar
137 perspectivas territoriais, conhecimentos tradicionais e mecanismos de financiamento
138 direto às comunidades, incluindo articulações com outras agendas, como mudança
139 do clima. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF) mencionou a preocupação em
140 reportar ao CGEN as questões apresentadas, enfatizou a necessidade de revisão de
141 conceitos utilizados, especialmente aqueles associados a abordagens mais
142 corporativas, e destacou a importância de construção de uma visão estratégica de
143 longo prazo para o Fundo, bem como o aprofundamento do debate sobre critérios por
144 bioma. A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) ressaltou a relevância das contribuições
145 apresentadas, destacou que o desenho do Fundo Cali ainda está em negociação nas
146 instâncias internacionais, sendo este um momento estratégico para incidência
147 brasileira, e indicou a construção de mecanismos de articulação entre os dois fundos,
148 incluindo o reconhecimento mútuo de obrigações de repartição de benefícios e
149 potenciais fluxos financeiros entre eles. Por fim, lembrou que a robustez dos arranjos
150 de governança do FNRB, ancorados no Comitê Gestor, é elemento central para
151 assegurar segurança jurídica, legitimidade democrática e estabilidade do Fundo
152 frente a mudanças de contexto político. E, nesse sentido, ressaltou a importância da
153 indicação da representação indígena e suas suplências pelo CNPI para completar a
154 composição do Comitê Gestor do FNRB, que ainda não feita até o presente. Ao final,
155 a Sra. Jéssica Galdino (EMBOÉ) agradeceu as contribuições e informou que os
156 apontamentos serão incorporados na revisão do documento. Não havendo outras
157 manifestações, passou-se ao item seguinte da pauta. **5. Análise e deliberação**
158 **sobre proposta de Resolução que altera o Manual de Operações para inclusão**
159 **de previsão de Auditoria Externa. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e**
160 **Mudança do Clima.** A Sra. Ana Luiza Assis (MMA) apresentou a proposta,
161 informando que se trata da inclusão de dispositivo no item 28 do Manual de
162 Operações, prevendo a realização de auditoria externa com base na metodologia de
163 procedimentos previamente acordados, em conformidade com a norma NBC TSC
164 4400/2022 do Conselho Federal de Contabilidade. Destacou que a proposta foi
165 construída em conjunto com as equipes técnicas do MMA e do Banco do Brasil,
166 considerando as especificidades do Fundo, e que contempla, entre outros aspectos,
167 a verificação da compatibilidade entre saldos contábeis e extratos bancários, a
168 conferência das movimentações financeiras e a análise da documentação de suporte,
169 incluindo as decisões do Comitê Gestor. Informou ainda que foram recebidas
170 contribuições do Sr. Sérgio Ferrão (Ministério da Fazenda), destacando, como
171 principal ponto de mérito, a sugestão de inclusão de prazo para encaminhamento do
172 parecer de auditoria à Secretaria Executiva do Comitê Gestor. Aberta a palavra, a
173 Sra. Amanda Bartolomeu Santos (FUNAI) manifestou concordância com a
174 importância da definição de prazo, ressaltando, contudo, não possuir elementos
175 suficientes para avaliar qual seria o período mais adequado, sugerindo que a proposta
176 apresentada fosse considerada. Em seguida, a Sra. Ana Luiza Assis (MMA) avaliou
177 como razoável o prazo de 30 (trinta) dias após a emissão do parecer de auditoria para
178 seu encaminhamento. Não havendo outras manifestações, a proposta foi colocada

179 em votação. Votaram favoravelmente à aprovação da resolução: Ana Luiza Assis
180 (MMA); Naiara Bittencourt (MDS); Amanda Bartolomeu Santos (FUNAI); Natália
181 Brayner (IPHAN); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF);
182 Elizete Maria da Silva (CONDRAF); Julião Pankararu (CNPI) e Mercedes Maria da
183 Cunha Bustamante (SBPC). A resolução foi aprovada com 9 (nove) votos favoráveis,
184 nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Passou-se para o tópico **6. Análise e**
185 **deliberação sobre proposta de Edital para apoio à conservação ex situ e on**
186 **farm. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** Na
187 sequência, foi apresentada a proposta de edital para apoio à conservação *ex situ* e *on*
188 *farm*, e aberto o espaço para manifestações dos membros. Sra. Natália Guerra
189 Brayner (IPHAN) manifestou preocupação com a ausência de definição clara sobre o
190 reconhecimento de coleções, alertando que as dificuldades já enfrentadas no
191 credenciamento poderiam se reproduzir no edital e recair sobre a Comissão de
192 Seleção. O Sr. Raimundo Nonato Pereira da Silva (CNPCT) reforçou essa
193 preocupação, destacando o risco de judicialização, enquanto a Sra. Elizete Maria da
194 Silva (Condraf) apontou impactos negativos do uso de sementes transgênicas. Como
195 encaminhamento, a Sra. Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC) propôs a
196 separação dos editais (coleções científicas e iniciativas comunitárias), com adoção
197 de critérios mais objetivos e possível referência futura à Política Nacional de Coleções
198 Científicas. A proposta foi acolhida por consenso, com manutenção dos valores
199 previamente aprovados (18ª reunião). Por fim, a Sra. Ana Luiza encaminhou a
200 formação de grupos de trabalho para o aperfeiçoamento dos editais. A Sra Mercedes
201 Maria da Cunha Bustamante, a Sra. Natália Brayner (IPHAN) e o Sr. Bruno Cesar
202 Prosdocimi Nunes (MCTI) voluntariaram-se para participar das discussões, com
203 articulação junto à Câmara Setorial da Academia, do tema das coleções científicas.
204 A Sra. Naiara Bittencourt (MDS), a Sra. Julião Pankararu (CNPI) e o Sr. Lidenilson
205 Sousa da Silva (CONDRAF) manifestaram interesse nas discussões voltadas aos
206 bancos populares de sementes e aos herbários populares. **7. Análise e deliberação**
207 **sobre proposta de Resolução que inclui o Atlas de Oportunidades no capítulo**
208 **de Demandas Espontâneas do Manual de Operações. Proponente: Ministério do**
209 **Meio Ambiente e Mudança do Clima.** Na sequência, foi apresentada a proposta de
210 resolução que inclui o Atlas de Oportunidades no capítulo de demandas espontâneas
211 do Manual de Operações. A Sra. Ana Luiza Assis esclareceu que a ideia é o Atlas
212 incluir propostas classificadas e não premiadas (mediante consulta às organizações
213 proponentes para confirmação de interesse e verificação da atualidade das
214 propostas), com previsão de recursos para demandas espontâneas no Plano
215 Operativo Quadrienal. Votaram favoravelmente à aprovação da resolução: Ana Luiza
216 Assis (MMA); Naiara Bittencourt (MDS); Bruno Cesar Prosdocimi Nunes
217 (MCTI); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa da Silva (CONDRAF); Elizete
218 Maria da Silva (CONDRAF); Julião Pankararu (CNPI); Antônio Adevaldo Dias da
219 Costa (CONSEA) e Mercedes Maria da Cunha Bustamante (SBPC). A proposta foi
220 aprovada por unanimidade, com 9 (nove) votos favoráveis, sem abstenções e sem
221 votos contrários. **IV. Assuntos de Ordem Geral. 8. Informe sobre a 2ª Edição do**
222 **Prêmio Guardiãs da Sociobiodiversidade.** A Secretaria Executiva informou que a
223 2ª edição do Prêmio recebeu 323 inscrições, com aumento significativo em relação à
224 edição anterior, destacando a adoção de sistema eletrônico de inscrição, que
225 contribuiu para a redução das eliminações na triagem. Foram apresentadas as etapas
226 do processo seletivo e as ações de comunicação realizadas, informando que a
227 triagem ainda está em andamento e que dados detalhados serão posteriormente
228 disponibilizados, incluindo triagem, análise pela Comissão de Seleção, fases
229 recursais, resultado final, premiação e prestação de contas. Também foi destacada a
230 estratégia de comunicação adotada, com uso de redes sociais, meios institucionais e

231 ações de orientação aos proponentes. **10. Palavra Aberta aos Membros.** A Sra.
232 Natália Guerra Brayner (IPHAN) informou que, no ano de 2025, o IPHAN foi
233 formalmente reconhecido como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), passando a
234 integrar, no âmbito do Ministério da Cultura, o conjunto de instituições com esse
235 status, ao lado da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Instituto Brasileiro de Museus
236 (IBRAM). Destacou que esse reconhecimento amplia as possibilidades institucionais
237 do IPHAN, especialmente no que se refere à celebração de parcerias com fundações
238 de apoio para a gestão de recursos e projetos, fortalecendo sua capacidade
239 operacional e abrindo novas oportunidades de atuação e articulação no campo da
240 pesquisa, inovação e gestão. **11. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, a
241 Presidência deu por encerrada a reunião.

242

243

244 Brasília, 20 de maio de 2026.

245

246

247

CARINA MENDONÇA PIMENTA

248 Presidente do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios

249